

GAÚCHO: MITO É HISTÓRIA

Sandra Jatahy Pesavento
UFRGS

A partir da 4ª série do 1º grau, as crianças no Rio Grande do Sul entram em contato com a história regional. Didaticamente, são iniciadas num processo de fixação de imagens e conceitos sobre o Rio Grande do Sul e seu personagem símbolo, o gaúcho.

Extrapolando do âmbito escolar para a comunidade, os meios de comunicação e boa parte da literatura reforçam aquelas imagens, que são por sua vez consolidadas por uma poderosa estrutura de marketing que vende não apenas objetos alusivos à região mas fixa hábitos e conceitos, divulga música e exalta comportamentos considerados típicos.

Todo este processo de criação de um mito ou de um estereótipo sobre o Rio Grande e seu povo é extremamente significativo para que se possa apreciar o espaço de atuação de um grupo na sociedade, instrumentalizando ideologicamente uma noção de história para legitimar sua posição de predomínio e hegemonia na sociedade.

Constantemente reatualizada e mesmo patrocinada pelos meios oficiais, esta história apresenta uma visão tradicional e conservadora. Pretende a preservação de uma estrutura econômica determinada, ligada aos interesses das classes dominantes, que não exercitam a hegemonia a nível nacional, mas sim localmente. A rigor, cada grupo que ocupa o poder procura constituir, para si, um quadro de intelectuais que se encarrega de elaborar e difundir a

ideologia, legitimando e solidificando a posição hegemônica daquele grupo e dando coesão ao corpo social. Criadores da ideologia da classe dominante, responsáveis pela produção científica, os intelectuais atuam no seio da sociedade civil (partidos, igreja, sindicatos, sistema educacional, atividades culturais), bem como no da sociedade política, como administradores, funcionários, militares, políticos.

Segundo a expressão gramsciana, os intelectuais orgânicos constituem o grupo funcional que tem por tarefa teorizar, tornar coerentes e difundir os valores e as idéias da classe dominante por todo o corpo social.¹

Neste sentido, pode-se dizer que a história foi sempre um dos campos preferidos de recrutamento desta categoria de intelectuais defensores do sistema, uma vez que se desincumbe da tarefa de resgatar para a classe dominante um passado que a enobreça, pleno de atos de bravura e honradez, aos quais no presente ela dá continuidade. Como herdeiros deste passado, no qual pontificam como heróis personagens das camadas privilegiadas, a classe dominante apresenta, através da construção de uma história regional, a visão que possui de si mesma: digna, justa, merecedora da posição que ocupa.

Neste intento, elabora-se uma visão da realidade regional na qual se elimina a noção de processo: o contexto histórico configura-se como imutável, o Rio Grande do Sul apresenta ao longo do tempo características que não se alteram e a região e seus habitantes possuem contornos definidos e perenes.

Seguindo tal postura, o Rio Grande do Sul foi sempre o **paldino da liberdade**, lutou sempre por causas justas e seu povo possui virtudes inatas, representadas na figura do gaúcho: altaneiro, destemido, livre, etc. Tal visão idealizada se complementa na idéia de que na sociedade sulina não havia hierarquias ou distinções sociais. Teria vigorado uma verdadeira **democracia dos pampas**, na qual peão e estancieiro trabalhavam lado a lado, irmanados ambos pela identificação na mesma figura mítica do gaúcho, **centauro dos pampas, monarca das coxilhas**.

Ora, dentro de um contexto histórico forjado no confronto permanente entre grupos armados, onde o autoritarismo, a arbitrariedade e a violência imperaram, onde verificou-se um processo

paralelo de extrema concentração da propriedade da terra, é difícil não deixar de pensar também no gaúcho como um elemento subalterno, dominado e despossuído. Expulso da terra mediante o cercamento dos campos, este pária do pampa foi, progressivamente, engrossar as camadas proletarizadas da periferia das grandes cidades do Estado, num processo de êxodo rural que ainda nos dias de hoje se faz sentir de maneira tão pronunciada no Rio Grande.

Será este o tão decantado gaúcho livre e soberano, celebrado pela historiografia oficial, protagonista de tantos feitos heróicos? É este o personagem central da história gaúcha, da qual todos são herdeiros e todos devem se identificar?

Este é, aliás, um dos temas que melhor se prestam para revelar o mecanismo da demonstração/ocultação da ideologia na construção do conhecimento histórico.

A história regional, no caso, apresentada de forma ideológica, oculta a dominação, nega o conflito e restaura do passado uma figura idealizada que não corresponde ao processo histórico real. Na historiografia oficial, senhores de terra e de gado e peões se mesclam num só personagem: o gaúcho — heróico, altivo e honrado — que generaliza estas virtudes para o homem rio-grandense em geral.

Neste sentido, a história regional realiza uma homogeneização: todos os habitantes do Rio Grande do Sul são iguais, todos são herdeiros de tradições gloriosas (como a da Revolução Farroupilha, tema predileto da historiografia oficial) e correspondem à figura idealizada do gaúcho.

Ao proporcionar esta identificação, a história regional, ideologicamente, instrumentaliza a auto-imagem da classe dominante, **universalizando-a** para todo o corpo social. A idéia que a classe dominante constrói de si mesma e que se projeta na figura do gaúcho mítico passa a ser aceita por todas as demais camadas sociais.

No momento em que uma visão, construída a partir de determinados interesses, passa a ser aceita inclusive pelos dominados, a ideologia teria se realizado como senso comum.

Como refere Chauí,

ela se populariza, toma-se um conjunto de idéias e valores concetados e coerentes, aceitos por todos os que são contrários à dominação existente e que imaginam uma nova sociedade que realize estas

idéias e estes valores. (...) ou seja, o momento essencial da consolidação social de ideologia ocorre quando as idéias e valores da classe emergente são interiorizados pela consciência de todos os membros não dominantes da sociedade.²

Seria assim no caso da historiografia oficial rio-grandense ao elaborar a sua versão da história regional: eliminando o conflito, baseando-se numa suposta identidade de interesses, oferece-se uma visão do passado no qual não só a classe dominante apareça como representante de todos os interesses da sociedade como inclusive a sociedade como um todo se enxergue a si mesma pelos valores de classe dominante.

Indo mais além, a história regional personifica a região: o Rio Grande é o gaúcho e as virtudes e características daquele símbolo são as do povo rio-grandense em geral.

Tece-se, assim, uma visão não-crítica da realidade, na qual se extirpa o conflito do contexto histórico regional bem como as diferenças sociais. Sociedade homogeneizada, os fatores de atrito são projetados para o exterior, ou seja, para fora do Rio Grande. É o caso, por exemplo, da situação conflitiva entre os interesses regionais e os nacionais, que se repetem através do tempo (Revolução Farroupilha, Revolução de 30, etc.).

Esta elaboração ideologizada da história regional rio-grandense teve o seu surgimento no período da chamada República Velha (1889-1930), mas apoiou-se num passado mais distante.

Para a construção daquela imagem idealizada, recorreu-se a uma "fase dourada" ou "idílica" do passado histórico gaúcho: o século XVIII, quando constituíam-se as bases de uma sociedade militarizada, em permanente confronto com os espanhóis na defesa da fronteira e dos rebanhos. Nesta época, as necessidades da luta constante, dadas pela situação fronteiriça faziam com que a Coroa portuguesa outorgasse maior autonomia aos proprietários de terra, de gado e de escravos no Rio Grande do Sul. Desta forma, o exercício do poder da camada senhorial sulina teve menos entraves que o das elites proprietárias de terra de outras regiões do país. Paralelamente à construção desta sociedade de cunho guerreiro e pastoril, afirmava-se uma vinculação subsidiária de economia gaúcha para com a economia central de exportação. O Rio Grande do Sul, como fornecedor do mercado interno, não teve o mesmo poder

de acumulação que as economias exportadoras, que em outras regiões se refletia na aristocratização das camadas dominantes, no refinamento dos hábitos, no consumo de produtos importados. Portanto, a definição de uma sociedade mais pobre, mais rude e mais guerreira forneceria os elementos da realidade para forjar uma imagem igualitária e soberana do Rio Grande e de seu povo.

Todavia, o processo histórico analisado em maior profundidade põe em xeque tais evidências. O fato de patrão e empregados sorverem chimarrão na mesma cuia, ou do patrão "parar rodeio" tal como o peão não invalida o dado fundamental de que o dono da terra e do gado é realmente o estancieiro e que o produto da venda do rebanho fique retido em suas mãos. Da mesma forma, formas de camaradagem não mascaram a existência de padrões extremamente violentos numa sociedade guerreira, habituada à arbitrariedade do mando e à luta constante.

Todavia, com o passar do tempo, as condições objetivas que forneceram os dados concretos para a construção desta imagem idealizada foram se alterando. Permaneceu a subordinação econômica da economia gaúcha à economia central de exportação (a mineração, o café); mas a possibilidade de barganhar politicamente com o centro face os conflitos de fronteira, encerrou-se após 1870, com o fim da guerra do Paraguai. O Rio Grande do Sul pensou encontrar novos canais de negociação com o centro para conseguir atenuar os efeitos da subordinação econômica e de não ter acesso aos mecanismos decisórios de poder.

Com a República, na virada do século, findou o monopólio quase exclusivo que os grupos agrários exerciam sobre o aparato estatal no Rio Grande. A economia do estado diversificava-se, surgiam novos segmentos sociais, o país como um todo transitava para o capitalismo e o grupo que empolgou o poder no Rio Grande expressou esta gama de transformações.

Para que pudesse se manter no poder ao longo dos 40 anos da Primeira República, a facção política republicana dos pecuaristas gaúchos estabeleceu sólida aliança com as frações não-agrícolas da burguesia local (comerciantes, industriais e banqueiros). Tal aliança possibilitou que a outra facção dos pecuaristas, arregimentados na oposição maragato-libertadora,³ se mantivesse à margem do controle político do Estado ao longo de toda a República Ve-

lha. Para o grupo republicano no poder, era preciso resgatar para si um passado que o enobrecesse e que fosse capaz de se apresentar como que comum a todos, sem distinção de classes, etnia ou atividade. Os intelectuais orgânicos do republicanismo, reunidos no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, se encarregaram de, pouco a pouco, irem construindo uma determinada imagem da história regional na qual a classe dominante fosse a protagonista principal: o gaúcho, monarca das coxilhas, era o símbolo das virtudes da raça: bravura, anseios libertários, honradez. O Rio Grande, região mais democrática e branca do país, bastava-se a si mesmo, com a sua disciplina partidária republicana e a sua diversificada economia.

Esta visão de autonomia e isolacionismo, correspondeu, no plano concreto, a uma fase em que o Rio Grande se posicionou à margem do controle nacional do poder, não disputando a presidência do país e que sua economia agropecuária, baseada na produção de gêneros de subsistência, *in natura* ou industrializados, dava à região o cognome de celeiro do país.

No final da década de 20 e nos anos 30 que se seguiram, acentuaram-se as atribuições que a pecuária gaúcha vinha experimentando ao longo da República Velha. Descapitalizado, tendo os preços dos seus produtos ou dos insumos que necessitava tabelados pelo centro, o complexo da pecuária tradicional não encontrava condição de modernizar-se, equiparando-se ao exemplo bem sucedido do Prata.

Desde há muito que os pecuaristas, enquanto fração da classe dominante estadual, não detinham com exclusividade o poder, cedendo gradativamente terreno aos novos grupos emergentes detentores de outras formas de capital não-agrário.

A esta orientação do arranjo social interno de forças correspondeu uma maior integração do estado com a política nacional.

Em 1930, a derrubada de São Paulo e dos cafeicultores do poder central não foi substituída pela ascensão do Rio Grande e dos pecuaristas. um gaúcho na presidência — Getúlio Vargas — não significou a hegemonia do estado sulino sobre os destinos da nação.

Havia uma gama de problemas e interesses sociais, regionais e mesmo setoriais da economia a satisfazer, que extravasavam em

muito as expectativas regionais de uma ala dos gaúchos na sua pretensão de controlar o poder central. O grupo que acompanhou Vargas — Oswaldo Aranha, Lindolfo Collor e outros — tinha uma visão mais nacional das questões a enfrentar; ligou-se aos novos grupos econômicos emergentes no centro do país (empresários, industriais), procurou atender os interesses das diversas economias regionais, deu início ao controle pelo Estado da questão social, com a elaboração de uma legislação trabalhista, estendeu a esfera de atuação do Estado para os diferentes setores de economia e aumentou a interferência do poder executivo central.

Neste contexto, o Rio Grande do Sul viu-se cada vez mais vinculado às decisões do poder central, particularmente no que toca à reorientação dos rumos do desenvolvimento capitalista brasileiro e às decisões da política econômico-financeira federal.

O Brasil como um todo transitou progressivamente, nas décadas de 30 e 40, de um modelo de desenvolvimento capitalista baseado na agroexportação para um baseado na indústria. Enquanto que a grande indústria se nucleava no eixo Rio-São Paulo, o Rio Grande do Sul teve reafirmada a sua tradicional posição de celeiro do país, vinculando-se cada vez mais ao fornecimento do mercado interno brasileiro.

Findava o isolacionismo e o Rio Grande especializava-se em exportar gêneros alimentícios, beneficiados ou não, para o mercado nacional, que fossem vendidos a baixo preço para os consumidores urbanos do centro do país.

Na verdade, todo este processo iria revelar uma grande frustração histórica para o Estado: as alterações do padrão de acumulação capitalista do país haveriam de acentuar a defasagem já existente entre a economia gaúcha e a do eixo Rio-São Paulo; a ascensão de Getúlio ao poder (e a sua consolidação) não permitiria aos gaúchos fazer reverter em seu proveito os rumos da política nacional; internamente, os pecuaristas acentuariam sua crise específica, sem que contudo o setor primário do estado caísse tanto ao ponto de ser substituído, tal como no centro do país, pelo setor secundário como o principal responsável pela formação da renda interna do estado.

Assim, não houve no Estado o recrutamento de um novo quadro de intelectuais que difundisse e legitimasse uma ordem urbano-industrial em substituição à ordem agrária em crise.

A esta situação assim configurada correspondeu um reforço dos mecanismos ideológicos de sustentação do grupo de poder regional.

Manteve-se o apego a uma visão saudosista do passado, de uma época em que os pecuaristas dominavam incontestes o poder regional e na qual o descompasso do Rio Grande com o centro do país não apresentava diferenças tão acentuadas.

Este foi o momento em que se consolidou a historiografia oficial no estado, glorificadora do seu passado, exaltadora das virtudes do povo rio-grandense, dignificadora dos seus heróis.

Difundida nas escolas, esta visão da história representou uma forma não crítica de estudar o passado, mesclando a influência positivista do relato linear, cronológico e seqüencial com a postura idealista de resgatar os grandes feitos dos heróis.

É digno ainda de consideração que, justamente no momento em que os grupos dominantes enfrentam uma crise, são reforçados os aparatos ideológicos de sua sustentação no poder.

Esta visão da história regional tem atravessado as épocas, de forma ideologizada e se encontra presente, como senso comum, na maior parte das camadas sociais.

Nos anos 80, esta forma particular de visualizar o passado tem sido reativada pelas necessidades da política a serviço de grupos dirigentes que perderam a sua legitimidade e que buscam, mais uma vez, utilizar-se dos mecanismos ideológicos para ocultarem a sua incapacidade de enfrentar as crises e conflitos sociais.

Nunca se produziu tanto, em termos de história regional, como hoje, com publicações de obras e artigos que vão desde o plano didático, com as comemorações oficiais do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha até o âmbito universitário, onde trabalhos com linguagem mais sofisticada reproduzem velhos clichês de 50 anos atrás...

O saldo, contudo, é o mesmo: uma história regional comprometida com a permanência, com o imobilismo, com a restauração de velhos ideais elaborados em função de outras realidades.

NOTAS

1. GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p.3.
2. CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*, 7. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981, p.108.
3. Os maragatos eram os integrantes do Partido Federalista Brasileiro, formado em 1892 com ex-liberais e que se articularam no Rio Grande do Sul com oposição ao Partido Republicano Rio-grandense. Maragatos e dissidentes republicanos formaram no Estado em 1923 a chamada Aliança Libertadora, que em 1928 se organizou como Partido Libertador. A oposição maragato-libertadora era integrada majoritariamente por estancieros.